

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO PELO EXECUTIVO MUNICIPAL DAS METAS FISCAIS DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO À COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas no Plenário Vereador Marcílio Periotto da Câmara Municipal de Mandaguáçu, Estado do Paraná, atendendo Edital de Chamamento para a realização de Audiência Pública na qual o Poder Executivo Municipal demonstraria o cumprimento de suas metas fiscais do Terceiro Quadrimestre do ano de dois mil e dezoito, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal. Abriu a sessão o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador João do Alto, cumprimentando a todos e convidando os demais membros da Comissão para tomarem lugar à mesa, sendo eles os Ver. Fabrício Cesar Martelozzi, e o Ver. Raul Coelho, que não pode estar presente e justificou previamente sua ausência. Convidou também à mesa o Prefeito Sr. Maurício Aparecido da Silva, a Secretária de Fazenda Sr^a Sonia Regina de Oliveira, o Consultor Assessor Contábil do Município Sr. Marcos Rocco. Em seguida, convidou também os demais vereadores presentes para que também ficassem à vontade para tomarem seus lugares no plenário, sendo naquele momento, os Ver. Israel e o Ver. Morandir. Passou-se então a palavra ao Prefeito, Sr. Maurício, que cumprimentou os presentes e em especial ao Vice-prefeito, Sr. Gilmar Cadamuro, e os Secretários presentes. Falou sobre a distribuição de um material impresso aos presentes para demonstrar através de fotos algumas das muitas realizações nesse período de administração, sendo boa parte resultado das várias viagens até Curitiba e Brasília, na busca da viabilização de recursos. Avisou também que ao final da Audiência, faria uma apresentação em projetor de forma mais detalhada das várias obras que foram ou estão sendo realizadas nos vários bairros do município. Passou a palavra então Sr. Marcos Rocco, que passou a fazer, em nome do prefeito, a apresentação do Relatório do Cumprimento das Metas Fiscais relativos ao 3º Quadrimestre de 2018. Explicou que, considerando as Receitas de todas as Fontes, observou-se que de um valor previsto de R\$78.139.000,00 em valores consolidados do Executivo e Fundo de Previdência, foi realizado um total de R\$70.580.726,79 correspondente a 90,33% da Receita Prevista para o exercício de 2018. A Despesa Empenhada alcançou R\$66.092.670,36 sendo a despesa mais representativa a com Pessoal e Encargos Sociais. Registrou-se um Superávit Orçamentário da Ordem de R\$4.486.056,34 em relação à Despesa Empenhada. Destacou que, no exercício, foi repassado ao Legislativo o montante de R\$1.368.749,07 portanto, ocorreu um Superávit Líquido de R\$3.119.307,27. Que o Resultado Primário ficou em R\$3.409.112,83. Apresentou os índices alcançados no exercício, sendo que o de Gasto com Pessoal ficou em 48,39%. O de gastos com Saúde ficou em 24,12%, sendo que o mínimo exigido por lei é de 15%. O de gastos com Educação ficou em 26,97%, ou seja, acima do mínimo de 25% de exigência legal, e o índice de gastos relativos aos Recursos do Fundeb ficaram em 64,81% investidos diretamente na remuneração do pessoal de magistério, onde o mínimo exigido é de 60%. Ficando constatado que todos os percentuais legais exigidos foram respeitados. O Resultado Nominal ficou positivo. O Demonstrativo de Restos a

Pagar em 31/dezembro/2017 apresentava R\$1.728.888,08. Pagou-se durante o exercício de 2018 R\$1.349.546,03 e inscreveu-se R\$1.884.916,92 em Restos a Pagar para 2019. Passou para 2019 R\$555.009,13 em empenhos liquidados. Finalizando a leitura do relatório, destaco que de janeiro a dezembro de 2019, registrou-se superávit orçamentário, superávit financeiro, taxas positivas nos resultados nominal e primário, assim como manteve-se os índices equilibrados nos demais limites legais, portanto, que os números apurados apontam para o Cumprimento das Metas estabelecidas e para a manutenção do Equilíbrio Fiscal. Retomou a palavra o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, onde agradeceu pela apresentação feita pelo Sr. Marcos Rocco. Aproveitou também para agradecer a presença do Prefeito e do Vice-prefeito, que tinham acabado de chegar de viagem à Brasília. Abriu a palavra aos membros da Comissão. Pediu a palavra o Presidente da Câmara Ver. Márcio Navachi, que questionou onde poderia ser localizado nessa prestação de contas, o valor devolvido pelo Legislativo Municipal ao Executivo. Onde é apresentada essa Receita. O Sr. Marco Rocco explicou que esses valores não são tratados como receita e sim como um ressarcimento, ou seja, uma devolução de recursos que a Câmara tinha acumulado como um Fundo para Construção ou Aquisição de uma Sede Própria. Que o recurso foi passado ao longo do tempo para a Câmara como uma interferência financeira e assim também retornou aos cofres do Executivo. Tomou a palavra o Sr. Prefeito, que passou a explicar que o ano de 2018 foi difícil, pois muitos dos recursos do município estão vinculados e que essa administração trabalhou com recursos aquém do necessário, uma vez que a população registrada pelo Censo Oficial é de cerca de 20 mil habitantes, mas se atende a cerca de 34 mil habitantes, o que compromete o Recurso Livre. E que o final do ano de 2018 deixou clara a dificuldade no momento em que o Executivo teria que honrar compromissos como o com o Fundo de Previdência, que seriam da ordem de 2,5 à 3 milhões de reais ao ano. Aproveitou para dizer que essa Audiência também serve de oportunidade de mostrar que, embora a cidade tenha várias obras realizadas e em andamento, os recursos utilizados não são plenamente de Fonte Livre. Que as viagens à Brasília tem dado resultados, que dessas obras, parte do que tem sido investido é com Recursos Federais. Também foram aplicados muitos Recursos Estaduais, divididos em recursos à fundo perdido e recursos vindos de operações de crédito e financiamentos. Também destacou que foi de grande importância a devolução de recursos pela Câmara Municipal, o que também ajudou nas realizações dessas obras. Explicou que muitas foram as obras realizadas e que também foram muitas as fontes dos recursos, cabendo destacar que, os recursos para duas passarelas, recapeamento do "Paulo Saes" e do "Pulinópolis" vieram da troca de ativos imobiliários, depois de várias e várias negociações que tiveram o apoio dos vereadores para que se chegasse ao melhor resultado. Assim, agradeceu mais uma vez a colaboração do Legislativo para a realização de tantas obras. Pediu a palavra o Ver. Manoel Monteiro, que disse estar muito contente com as palavras do Sr. Prefeito, que confirmam aquilo que ele mesmo, como vereador, diz à população, ou seja, que as obras das passarelas não são com recursos vindos de deputados, e sim, de recursos próprios do município. Pediu a palavra o Ver. Israel, que passou a explicar que, originalmente, o projeto previa somente a construção de uma passarela na região do Jd. IBC, e que, sabendo da necessidade da construção de outra passarela na região do Jd. América, começou na época,

um abaixo assinado, que ao final, tinha cerca de 1.200 assinaturas. Que, ao participar de reunião com D.E.R., deixou claro que, embora o projeto só contemplasse uma passarela, como representante da população, não abriria mão de ter as duas passarelas necessárias. Agradeceu ao prefeito pelo seu apoio na luta para incluir a segunda passarela no projeto da rodovia. Aproveitou para perguntar, se as duas passarelas estavam à fundo perdido, ou se o município teria que pagar por elas. Retomou a palavra o Sr. Prefeito, que explicou que a população não poderia esperar mais e por isso as duas passarelas acabaram sendo custeadas pelo município através da permuta de imóveis. Aproveitou a palavra para dizer que, além dessas obras, foram resolvidos nessa administração, outros problemas como o do lixão, através do transbordo do lixo para local apropriado. Também melhorou-se a segurança da cidade através da implementação do CONSEG. Resolveu-se também o problema do índice de gastos com pessoal, permitindo dar a elevação prevista no plano de carreira, e que estava parada fazia 3 anos. Mas, que para fazer tudo isso, foi preciso de mais recursos e que esses foram obtidos através da correção da planta genérica do município. Pediu a palavra o Ver. Morandir e parabenizou o Prefeito pelas explicações e que elas servirão de norte para as próximas decisões que o mesmo tomará nessa Casa de Leis. Retomou a palavra o Presidente da Comissão, Ver. João do Alto, que abriu a palavra à população presente. Pediu a palavra o Sr. Aucenir Gouveia, que destacou a importância dos investimentos municipais na Agência do Trabalhador e de sua reinauguração. Que a Agência do Trabalhador tem um papel muito importante para a área social, disponibilizando diversos serviços à população em geral. Retomou a palavra ao Presidente da Comissão, que por sua vez passou a palavra ao Prefeito, que fez uma apresentação em projetor sobre as obras no município. Finalizada a apresentação, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento declarou que, diante da demonstração realizada, considerou legalmente cumpridas as exigências da Lei Complementar número 101/2000 referentes ao terceiro quadrimestre de dois mil e dezoito, e como não havia mais nada a tratar, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente audiência pública, determinando a lavratura da competente ata e o recolhimento da lista de presença.



Handwritten signatures in blue ink, including names like Morandir, Aucenir Gouveia, and João do Alto.